

DIRETORIA DE COMISSÕES
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Ata da Audiência Pública da **21ª Comissão de Habitação e Regularização Fundiária Urbana - COMHARFU**, realizada no dia 13/05/2024.

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e trinta minutos, fora realizada a Audiência Pública da **21ª Comissão de Transporte, Mobilidade Urbana e Acessibilidade – COMTMUA**, sob a presidência do Vereador **William Alemão (CIDADANIA)**, com a presença do Membro-suplente vereador **Elan Alencar (DC)**. Presentes ainda Deputado Federal – **Amom Mandel Lins Filho**, Secretário Municipal de Infraestrutura – **Sr. Renato Frota Magalhães**, Secretário Estadual de Infraestrutura – **Sr. Carlos Henrique Lima**, Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – **Sr. Jesus Alves**, Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – **Sr. Alberto de Siqueira Santos Barbosa Neto**, Secretário Municipal de Meio Ambiente – **Sr. Antonio Ademir Stroski**, Diretor-Presidente da Superintendência Estadual de Habitação – **Sr. Jivago Afonso Domingues de Castro**, bem como as representantes dos moradores afetados pelo desastre da Rua Topázio/Jorge Teixeira – **Sra. Amanda Caroline de Oliveira Amorim**, **Sra. Sirley Costa** e **Sra. Andréia Moreira de Almeida**. O **Presidente da Audiência**, vereador **William Alemão**, autor do Requerimento nº 3484/2024 que requereu a Audiência para discutir os desastres ocasionados pelas chuvas fortes entre os dias 12 e 15 de março na Rua Topázio/Jorge Teixeira, que ocasionou a morte de oito pessoas e muitos desabrigados. Assim, declarou aberta a Audiência, saudando a mesa e agradecendo a presença de todos. Ele explanou, rapidamente, a situação para os presentes, expondo que após de um ano e dois meses do ocorrido os moradores do local ainda não haviam recebido um posicionamento por parte dos representantes públicos acerca do início das obras. Assim, explicou que planejou a reunião a fim de discutir e ouvir a posição do poder público sobre a parte de obras. Em seguida, passou a palavra ao **Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, Sr. Jesus Alves**, que destacou as 1.600 (mil e seiscentas) áreas de risco em Manaus e que há 11 (onze) anos que a secretaria pública na qual ele trabalha foi criada justamente para cuidar das moradias da cidade. Apontou, também, como a população de Manaus cresceu em 14% (catorze), principalmente por conta da emigração, levando ao aumento de moradias deficitárias e por isso alertou os presentes sobre a necessidade da criação de um programa habitacional com o intuito de atender a diminuição de pessoas que não possuem moradia em áreas estáveis na cidade. O secretário explicou que por

conta do ocorrido fez-se uma pesquisa diagnóstica para identificar as áreas de risco para que seja evitado acidentes como o ocorrido na Rua Topázio. Também informou que fora feita uma parceria com o Senador Eduardo Braga, na qual este disponibilizou R\$67.000.000 (Sessenta e sete milhões de reais) para que se possa investir na contenção de encostas e evitar possíveis acidentes futuros, além dos R\$33.000.000 (Trinta e três milhões de reais) que foram selecionados para projeto com o mesmo objetivo. O secretário comunicou aos presentes sobre Programa Minha Casa, minha Vida, na qual foi reeditado no atual mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que explicou que a prefeitura de Manaus adquiriu cerca de R\$100.000.000 (cem milhões de reais) em terrenos, por não possuir pedaços de terra adequados para as diretrizes do programa, que irão abrigar as habitações do Programa Minha Casa, minha Vida. Informou que na primeira seleção garantiram 3.680 (três mil seiscentas e oitenta) unidades habitacionais licitadas para este programa e enfatizou que a ordem de serviço destas unidades estaria prevista para até 30 (trinta) dias. Dito isso, o secretário explanou que, por conta do acidente da Rua Topázio, foi feito um relatório de desastres no qual foi apresentado para o Ministério das Cidades e com isso foram disponibilizados 1.056 (mil e cinquenta e seis) das 3.680 (três mil seiscentas e oitenta) unidades para os habitantes da comunidade Pingo d'água do Jorge Teixeira com o intuito de atender os cidadãos que foram prejudicados pela calamidade do dia 12 de março. Em seguida, o presidente passou a palavra para **Sr.^a Sirley Costa**, moradora da rua Topázio, que expôs a situação dos moradores da comunidade Pingo d'água, em que reiterou que mesmo após 1 (um) ano e 2 (dois) meses do acidente ainda não havia tido retorno da prefeitura quanto as obras no local e das licitações. Relatou os desafios que tanto ela, como microempreendedor, quanto outros comerciantes que trabalham na região estão enfrentando e sendo afetados com este atraso e disse, ainda, que mesmo com a visita de outras autoridades que prometeram verbas para auxiliar os moradores, ainda não haviam sido feitas as medidas necessárias para a melhoria e reconstrução da rua. Posteriormente, o presidente retornou a palavra para o Secretário Jesus Alves, que lamentou a situação que a moradora estivera passando nos últimos meses e explicou, com relação às licitações, que existiam muitos protocolos a serem realizados, mas que já haviam solicitado os recursos necessários para que as construções das unidades habitacionais por parte do Programa Minha Casa, minha Vida fossem iniciadas. Ele também recorreu a presença dos vereadores e do Deputado Federal, enfatizando que era preciso amadurecer as leis para que em situações como esta, as solicitações dos recursos fossem mais eficientes e deu como exemplo a situação das enchentes que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul. Seguidamente, o presidente passou a palavra para o Deputado Federal, **Amom Mandel Lins Filho**, que cumprimentou os presentes e agradeceu o comparecimento de todos naquela ocasião. Com isso, o Deputado reiterou tanto o relato da moradora quanto o comentário do Secretário Jesus Alves

em relação a demora dos procedimentos com relação a reconstrução da região e enfatizou que o problema não estava na burocracia, mas no Portal de Transparência relatando a situação para o órgão federal. O Deputado Federal ainda deu um exemplo de uma licitação 008/2021, antes do Secretário Alves ter entrado na administração do cargo, na qual esta, após o pagamento dos recursos, desapareceu do Portal da transparência da Prefeitura de Manaus. Logo, ele indagou sobre este desaparecimento e qual o motivo que levou a essa situação. Também perguntou a respeito da participação da Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários no plano desta licitação de 2021 e o motivo da demora de um ano para a elaboração desse plano, visto que era indispensável o papel da Prefeitura em situações parecidas. E por fim, questionou a espera da Secretaria pelos recursos federais, já que era possível o uso de recursos municipais emergenciais em situações de risco como o do ocorrido na ocasião e, também, o motivo dos apartamentos serem cedidos a pessoas com renda incompatível com as normas do programa, ao contrário de serem dados às vítimas dos desastres que ocorreram no município e que necessitavam de moradias temporárias. O Secretário Jesus Alves respondeu às perguntas do Deputado, na qual ele explicou que, ao entrar no cargo, já existia um processo em andamento relacionado a Licitação que o Deputado Federal mencionou anteriormente. Ele destacou a criação de um programa de regularização fundiária, “Manaus Legal”, visto que a cidade possui cerca de 78% (setenta e oito) das unidades habitacionais irregulares e, com isto, acreditava que dando início ao programa, poderia haver uma melhora na infraestrutura da cidade. No entanto, ele explanou que o Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB), que era a empresa responsável em vigência com os mesmo objetivos propostos pelo programa, mesmo após dois anos, não havia entregue seu processo. Por isso, o Secretário mandou cancelarem as licitações, já que não esperava mais que o processo fosse realizado pelo o Instituto e, com isso, tomou a frente do projeto para que a área em questão fosse regularizada. Entretanto, ele informou ao Deputado que ainda não havia sido possível sua regularização por se tratar de uma região que estava sob a tutela Federal, e que uma solução imediata para isto seria a prefeitura recorrer a uma medida provisória emitida pelo Presidente, para que assim a área, que no momento era destinada ao assentamento de empresas, fosse destinada ao assentamento popular. Com isto, a organização do projeto poderia recorrer à Regularização Fundiária Urbana (REURB), pois parte do Coliseu fora sido regularizado antes do ano de 2017, proposto pela lei. Também explanou a participação da secretaria no Plano de Mudanças Climáticas, que estava em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) para o projeto “Viva Mindu”, na qual estava lotada de assentamentos na região, o que gerava quantidades exorbitantes de lixo nos igarapés e nas ruas, o que gerou a iniciativa de retirar as pessoas que viviam naquele trecho, buscando soluções incisivas para estes empecilhos. Por fim, com relação a última pergunta do

Deputado, o Secretário explicou que não sabe como estão as investigações, pois não estava presente ainda na época em que todo processo aconteceu. Seguidamente, o presidente deu sequência à discussão onde complementou sobre a situação da licitação 008/2021 debatida entre o Deputado Federal e o Secretário Jesus Alves. A partir disto, ele discutiu a questão dos valores, tendo em mãos a situação e o estudo feito desde 2017 sobre as áreas de risco em Manaus, reiterando que está sendo feita uma investigação sobre o caso do desaparecimento da Licitação e pediu para que o Secretário se aprofundasse nos assuntos de sua área, pois, cada dia que se passava, aumentavam os riscos de moradias na região. Continuamente, o presidente passou a palavra para o vereador **Elan Alencar**, que saudou a todos e destacou que todas as pautas que foram enviadas para a Câmara Municipal de Manaus foram acatadas e aprovadas por unanimidade, e defendeu a Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, dizendo que esta buscou sempre atender as demandas desde que foi criada, mas que eram muitas as regiões que necessitavam de regulamentação. Por isso, o vereador explanou suas ideias sobre a constituição de uma lei que criasse um fundo emergencial, arrecadado pela prefeitura, destinados à Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, para que, em casos de desastres repentinos, seja possível resolver de imediato as situações. Também, comunicou a proposta da criação de uma frente parlamentar climática, para que fossem tratados casos como o que ocorreu na Rua Topázio também com o Legislativo, pois o vereador acreditava que se tivessem sido providenciadas e acompanhadas moradias em regiões propícias para se habitar para as cinquenta mil famílias de pessoas que hoje vivem em áreas de risco há cerca de vinte anos, muitas das demandas que o poder municipal tem sobre bairros mal estruturados não existiriam. O vereador expôs ao Deputado que para refazer uma área desestruturada, seria necessário a arrecadação de cerca de R\$3.000.000 (três milhões de reais), pois se trataria de uma imobilização de terra, além das máquinas e ferramentas básicas. Logo, ele concluiu que não estava criando pretextos para justificar as negligências sobre o caso, mas que estava comunicando sobre as demandas de recursos, tempo e organização que a situação exige para a reparação tanto na questão das moradias quanto do meio ambiente. Em seguida, o presidente passou a palavra à **Sra. Amanda Amorim**, moradora da rua Topázio, que indagou aos presentes a questão de não haver sinalização em sua rua, que se encontrava fechada para movimento, indicando que haveria uma obra em procedimento. Ela comunicou que haviam bloqueado o trecho, no entanto, não informaram aos moradores quanto tempo levaria para as obras serem feitas, um prazo de término, entre outros aspectos que deveriam ser tratados, dificultando o acesso à rua Topázio. Ela expôs a situação em que os moradores se encontravam, tendo conflitos com a locomoção de pessoas com deficiência, com a iluminação pública e os perigos de acidentes que as crianças enfrentam no caminho para as escolas, além de relatar a dificuldade que estava tendo quanto o auxílio aluguel, na

qual foi informada que receberia apenas até o mês de setembro. A moradora indagou sobre a indenização que receberiam do governo, pois mesmo que suas casas não tivessem sido destruídas, não poderiam mais residir no trecho por ser uma área de risco para suas vidas. Após, o Secretário Jesus respondeu que seriam indenizados, contudo, seriam contemplados em comunidades mais próximas. Quanto a sinalização, o Secretário respondeu que nestas circunstâncias, a rua seria devidamente sinalizada apenas quando uma empresa fornecedora fosse contratada para realizar os serviços, comentando que já havia comunicado ao o Diretor de Engenharia da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus – SEMINF sobre a situação e que o diretor o confirmou sobre o valor de oito milhões de reais destinados para as obras de contenção de encosta que precisam ser feitas no trecho e que dentro de quinze dias seriam iniciados os serviços. Também, afirmou que nenhum morador da região ficaria sem o auxílio aluguel até que recebessem o apartamento providenciado pela Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários. A Sra. Amanda relatou que lhe foi informado que mesmo com as circunstâncias atuais, ela tinha um prazo de recebimento do auxílio até o mês de setembro e que estava apreensiva com a expiração do benefício. O Secretário Jesus tranquilizou a moradora, defendendo que, mesmo com prazo, ela continuaria recebendo devido o cenário vigente do trecho e que se lhe fosse negado, deveria procurar a Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários. Continuamente, o presidente passou a palavra para a **Sra. Andrea Moreira**, também moradora da Rua Topázio, que explanou que, no ano anterior, a prefeitura lhe havia informado que para a obra era necessário uma licitação com validade de um ano, no entanto, nada fora feito neste período de tempo e que, na semana anterior a esta reunião, lhe comunicaram que as obras seriam iniciadas, todavia, não deu-se início as reparações neste intervalo de tempo. Ela destacou sua indignação com a negligência da prefeitura com relação a situação dos moradores, não apenas com a obras, mas quanto aos deveres públicos de iluminação, limpeza, esgoto sanitário e segurança da rua, além de relatar que não estava recebendo auxílio aluguel por não considerarem que sua residência se localizasse em uma área de risco, mesmo que ela tenha informado que o deslizamento teria ocorrido em frente a sua moradia. Por fim, ela pediu dos presentes que tomassem medidas a favor das pessoas que moravam na região e uma garantia de que as obras fossem iniciadas. Em seguida, o presidente passou a palavra para o **Sr. Josenias Souza**, membro da comunidade, que se manifestou com relação sobre o posicionamento do órgão público, pois ele relatou que quando ocorreu o deslizamento na região, o poder municipal afirmava, através das mídias sociais e outros veículos de comunicação, que seriam investidos cerca de duzentos milhões de reais, financiados pelo Governo Federal, nas obras com o objetivo de reparar o trecho que havia sido prejudicado. No entanto, o morador questionou se efetivamente a doação por parte da autoridades federais e, se tivesse ocorrido, qual o motivo do atraso no início das

obras. O Secretário Jesus Alves respondeu, a respeito dos investimentos, confirmando que o valor investido, com relação a habitação, era aproximadamente o que o morador havia relatado, sendo estes R\$160.000 (cento e sessenta mil reais) o custo para serem construídas as unidades habitacionais, com mais R\$8.900.000 (oito milhões e novecentos mil reais) investidos em obras de contenção de encosta. No entanto, esse valor não entra nos cofres da prefeitura municipal, mas que são depositados na Caixa Econômica Federal. Logo, o Secretário deu uma breve explicação acerca de como funcionava o processo de seleção do programa para as devidas doações, contudo, esclareceu que os moradores da região estavam contemplados naturalmente e que não precisavam passar pelo processo de seleção pois, além se tratar de um caso emergencial, o programam havia sido criado para amparar a sua região, e reafirmou que as obras seriam iniciadas em torno de quinze dias. Em seguida, antes de passar a palavra para a Sra. Sirley Costa, o presidente reiterou os posicionamentos dos moradores, comunicando que entendia a revolta da comunidade, pois o poder municipal havia prometido que as obras seriam iniciadas em setembro, no entanto, houve um atraso com mais de oito meses, por isso, ele buscava o posicionamento dos servidores da prefeitura com relação a situação do retardo das obras e contemplação das necessidades dos moradores. Em seguida, a Sra. Sirley refez o questionamento, ao Secretário Jesus, sobre o início das obras com o intuito de reforçar a importância da liberação da rua, pois isso impactava diretamente na vivência tanto dos moradores quanto dos comerciantes que trabalhavam na Rua Topázio, pois, para a moradora, seus posicionamentos estacavam os assuntos relacionados a habitação. Após, a **prof.^a Elane Belota** questionou o Secretário Jesus Alves quanto aos outros secretários que deveriam estar presentes na reunião para tirar as dúvidas dos moradores em relação às outras problemáticas que envolviam a rua além da questão habitacional. Ela advertiu aos presentes a importância da gestão pública no cuidado com as pessoas da região, pois estas se encontravam em situação de risco por morar em uma área insalubre. A **Sr.^a Camila Nascimento**, residente da Rua Topázio, pediu a palavra para o presidente, relatando sua situação de risco por residir próxima do local que ocorreu o deslizamento, o que provocava amedrontamento em sua família, e que mesmo procurando assistência com o poder municipal, não houve direcionamento correto e resposta quanto às obras no trecho. Ela pediu às autoridades presentes que zelassem pela comunidade e que tomassem as medidas necessárias pelo bem estar dos moradores da região. Em seguida, o presidente passou a palavra para a Secretário Jesus, que reiterou sobre o valor que havia mencionado mais cedo com relação ao investimento da parceria com o Governador Eduardo Braga, relatando que o valor ainda não estava investido nas obras, mas que estão na fase do projeto. O presidente, então, passou a palavra a **Sr.^a Juliana**, membra da comunidade, que indagou se o Secretário, junto com os outros representantes das demais secretárias, possuíam um plano de contenção para o local do deslizamento, pois, devido a

outras situações, havia possibilidade de mesmo com a contenção feita pelo poder público, ocorrer novamente deslizamentos, prejudicando os moradores e o meio ambiente. O Secretário mencionou, para enfatizar a fala da moradora, o caso que ocorreu no Parque das Tribos/Tarumã Açu, onde havia sido feita uma contenção, no entanto, após dois temporais, a rua atingida cedeu novamente. Logo, ele explicou para a moradora que não tinha conhecimento sobre as técnicas que estavam sendo estudadas para a elaboração da obra, pois esses modelos de projeto eram planejados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus. Contudo, ele garantiu que procuraria entrar em contato com os engenheiros da SEMINF para obter melhores esclarecimentos para a comunidade. Logo, as Sras. Sirley Costa e Amanda Amorim questionaram o Secretário quanto ao cadastramento dos moradores da Rua Topázio, pois era muito comum as autoridades os confundirem com a comunidade da Pingo D'água, que se localizava em uma rua subsequente a que sofreu com o deslizamento e que algumas pessoas que moravam na frente do local que ocorreu o acidente foram informadas pelo Direito Civil que não receberiam o Auxílio Aluguel e as habitações proposta no projeto por não considerarem suas residências em zona de risco. O Secretário explicou às moradoras que o Auxílio Aluguel só seria fornecido se as famílias decidissem abandonar as suas casas e procurar provisoriamente outras casas por conta do ocorrido enquanto estivesse com risco de deslizamento. O presidente reiterou a resposta do Secretário esclarecendo a pergunta, anteriormente feita pela moradora Amanda Amorim, relacionada ao tempo de recebimento do Auxílio Aluguel, alegando que o limite de tempo se dava de acordo com a Lei Municipal Nº 1.666/2012, art. 4, § 2º, que declara "O "Auxílio Aluguel" será pago por até 12 (doze) meses, podendo esse prazo ser prorrogado por 06 (seis) meses, desde que comprovada a necessidade de continuidade do benefício, mediante Laudo Social emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos- SEMASDH ou pela Defesa Civil Municipal ou Estadual.". Dito isso, ele afirmou que providenciaria um pedido à prefeitura que fosse aberta uma exceção para os moradores da Rua Topázio que foram vítimas do deslizamento para que continuassem a receber o auxílio enquanto as obras estivessem sendo realizadas no trecho. Passados para as considerações finais, o presidente encaminhou a palavra para a Sr.^a Sirley, que questionou sobre uma data específica para o início das obras e quanto a segurança dos moradores da Rua Topázio, além da ausência do prefeito de Manaus tanto na presente audiência, quanto nas atividades que deveriam ter sido providenciadas com relação a situação que a região estava inserida. O presidente citou que para a audiência foram convidadas sete autoridades, entre estas a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a Secretaria Estadual de Infraestrutura, a Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Diretoria da Superintendência Estadual de Habitação, porém, no entanto, alguns dos responsáveis precisaram se ausentar e

por isso não estavam presentes na audiência. Em seguida, a Sr.^a Juliana questionou sobre as pessoas que não serão indenizadas por estarem com suas casas interditadas mesmo estando localizadas em áreas de risco e sobre a questão de uma possível lista das pessoas que estão cadastradas no programa criado pelo Secretário. O Secretário confirmou que seriam amparadas pelas habitações proporcionadas pelo projeto “Minha Casa, minha Vida”, responsabilizando-se por cadastrá-las no programa, certificando-se da transparência aos moradores sobre suas situações e que, com relação à lista de cadastros, possuíam um sistema avançado de Georeferenciamento que permitia avaliar o estado das casas que estavam localizadas antes e depois do acidentes, permitindo a verificação das pessoas que foram vítimas dos desastres, impossibilitando a garantia a pessoas que não sofreram com os ocorridos. Ele deu exemplo do caso do incêndio que ocorreu na comunidade do Bairro do Céu/Centro, aconteceu em janeiro do ano de 2024, deixando mais de trezentas pessoas desamparadas, fazendo o presidente indagar que o sistema utilizado pelo Secretário, juntamente com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SEMASC, não funcionou efetivamente como planejado, pois em casos que havia mais de uma família em uma única residência, apenas uma delas recebia a garantia do auxílio do programa. Por isso, o presidente insistiu no cuidado com as verificações, para que não ocorram mais negligências parecidas. A prof.^a Elane Belota reforçou que a secretaria deveria ter atenção quanto as circunstâncias em que as pessoas situam-se dentro de casos de desastres e elogiou o posicionamento dos moradores em prol de sua situação. Posteriormente, o Deputado Amom Mandel solicitou do Secretário Jesus Alves o acesso ao mapa do Georeferenciamento e alista dos imóveis afetados da comunidade do Bairro do Céu, para verificar a negligência das pessoas que não receberam o auxílio mesmo cadastradas. Continuamente, o presidente passou a palavra para a Sr.^a Aparecida Ferreira, também moradora da Rua Topázio, que perguntou sobre como saberia se ela estaria cadastrada no programa, pois relatou que morava em frente a Sr.^a Amanda Amorim, no entanto, não fora cadastrada no Auxílio Aluguel. O Secretário respondeu que ela possivelmente estava no cadastrada no sistema de dados, e, de acordo com o pedido do presidente, ele publicaria aos moradores as informações de quem estava no sistema, pedindo, também, aos moradores que o informassem se alguém estava cadastrado indevidamente ou se faltavam moradores serem inseridos no sistema. A Sr.^a Sirley alertou ao Secretário que as mil e cinquenta e seis casas que o programa propôs não se encaixariam na região, pois o quantidade de casas afetadas é menor do que o estabelecido. Logo, o presidente afirmou que o projeto compreendia tanto as vítimas da Rua topázio, quanto outras situações que ocorreram. Logo, o número de imóveis proposto pelo programa acataria não só as pessoas que sofreram com o deslizamento, mas com outras vítimas de desastres ocorridos em outros momentos. Ele solicitou do Secretário, mais uma vez, o envio da lista para que ficasse transparente as pessoas cadastradas no projeto, contudo, o

Secretário relatou que a lista ainda não estava feita, pois ela seria redigida e divulgada apenas cerca de três a quatro meses depois que as obras fossem iniciadas. Ele estipulou, aos presentes, que as obras teriam a duração de doze a catorze meses de duração até serem entregues aos moradores. O presidente, então, passou a palavra para o Deputado Amom Mandel, que sugeriu que a Câmara abrisse um requerimento convocando os Secretários que não puderam estar presentes para debater sobre o que deveria ser feito a partir do que se concluiu na audiência em relação à comunidade prejudicada pelo deslizamento e as obras e solicitou que as autoridades da Câmara Municipal e do Poder Executivo Municipal discutissem o aperfeiçoamento legislativo por meio de um ofício destacando as melhorias necessárias das leis que foram contempladas na audiência para que fossem preparados os devidos projetos de lei. Além disso, reforçou que fosse mandado uma lista parcial para que os moradores estivessem cientes dos cadastros, já que, segundo o Deputado, a maioria dos moradores da Rua Topázio se encontravam com dúvidas com relação aos seus cadastros nos devidos benefícios proporcionados pelo governo. Em seguida, o Sr. Josenias Alves destacou a importância da presença da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus, pois, desta forma, seria esclarecido adequadamente como funcionaria as obras e o que seria estruturado no trecho para a resolução do deslizamento. O Secretário finalizou agradecendo a participação dos presentes e por ter sido convidado para responder os questionamentos dos moradores, se disponibilizando para providenciar todas as informações necessárias e que foram solicitadas pelo auditório. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Audiência** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da Comissão às dezesseis horas e vinte minutos. E para que conste eu, Juzy Carla Andrade.....(Juzy Carla Andrade dos Santos, Gerente de Apoio às Comissões Permanentes), lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada, fora assinada pelos Vereadores presentes.


Ver. **William Alemão (CIDADANIA)**
Presidente da Audiência


Ver. **Elan Alencar (DC)**
Membro Suplente da 21ª COMTMUA

